

Paraíba melhora exames de mamografia com inspeção



Na Paraíba, controle de mamógrafos é lei

A Matéria de Capa do boletim informativo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – número 36 – abordou o trabalho da Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa) do Estado da Paraíba sobre a RDC nº 003/02 que prevê multa e cancelamento da licença de funcionamento dos serviços de mamografia que não se adequem às exigências necessárias da fiscalização sanitária.

“O Programa de Controle de Qualidade em Mamografia” foi implantado pela Diretoria Técnica de Ciência e Tecnologia Médica e Correlatos da Agência devido às estatísticas alarmantes do Instituto Nacional do Câncer (INCa) e ao seu impacto técnico-científico e social no auxílio à detecção precoce do câncer de mama no estado.

A metodologia do Programa consiste de inspeção anual nos serviços, onde são realizados testes com o objetivo de avaliar o equipamento e a qualidade das imagens mamográficas. Ao se constatar alguma irregularidade realiza-se orientação e intervenção. Os serviços também são monitorados mensalmente através de envio de uma imagem de um simulador da mama. O resultado da avaliação é registrado em relatório e enviado aos serviços para que sejam tomadas medidas corretivas quando forem necessárias.

Desde 1999, o programa conseguiu montar um quadro da mamografia na Paraíba e vem alcançando as metas para sanar os problemas. As inspeções resultaram na desativação de 12 serviços, porque a qualidade das imagens não permitia um diagnóstico correto. A partir do exemplo paraibano, outros 15 estados (Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) estão seguindo o mesmo caminho.

Nordeste também se mobiliza para a CBHPM

São Paulo, 22 de janeiro de 2004.

At. Federadas / Sociedades de Especialidade / Conselhos / Sindicatos

As entidades médicas nacionais abaixo signatárias, através do presente ofício, comunicam às comissões de honorários e a todos os médicos as deliberações a respeito do movimento para implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, consubstanciada pela Resolução CFM 1673/2003.

Foi deflagrado em diversos estados nordestinos processo com diversas fases:

- Mobilização dos médicos por ampla campanha da classe;
- Assembléias da categoria para aplicação do calendário de negociação com as operadoras;
- Documento de adesão dos médicos credenciados à comissão de honorários para o atendimento por reembolso;
- Até o momento não houve resultado satisfatório com as Seguradoras;
- Decisão da Assembléia para atendimento a partir de Março/2004, por reembolso como previsto na lei e nos contratos, até a implantação da CBHPM ser efetivada pelas Seguradoras.

Por todo o exposto, instamos e recomendamos às comissões de honorários estaduais que promovam esforços para viabilizar a implantação da CBHPM conforme as etapas referidas anteriormente.

Atenciosamente,

*Conselho Federal de Medicina
Confederação Médica Brasileira
Associação Médica Brasileira
Federação Nacional dos Médicos*

